

Textos sobre História dos Média

Luís Nogueira

Abordagem teórica dos Média

O que é um meio?

À palavra meio faz o dicionário corresponder uma vasta quantidade de definições. Algumas são mais pertinentes que outras para a questão que no propomos abordar. De qualquer modo, todas elas acabam por se imbricar quando discutimos o que é um meio de comunicação, ou seja, uma ferramenta de mediação. Alguns dos sentidos da palavra meio são: “ponto situado numa posição equidistante das extremidades, ou do princípio e do fim”; “centro”; “espaço onde se desenvolve a vida e a actividade dos seres vivos”; “ambiente”; “lugar em que se vive”, “ambiente social em que um indivíduo se move”, “modo para se atingir um fim”, “processo”, “modo”, “expediente”, “habilidade”, “circunstâncias” e, finalmente, “aquilo que permite estabelecer uma comunicação”. De entre todas estas, aquelas que mais nos interessam são as de ponto entre as extremidades, ambiente social, processo, expediente e meio de comunicação.

A um meio está sempre inerente uma função de mediação. Ele ocupa um lugar entre dois extremos – o emissor e o receptor do processo comunicativo. Mas a mediação ocorre sempre num ambiente social, o qual condiciona os meios e é simultaneamente condicionado por eles. Um meio é também um modo de se atingir um fim, um expediente com uma finalidade, ou seja, com uma propensão teleológica – daí falarmos em meios e em fins. O fim que aqui nos interessa é a comunicação, a partilha de mensagens, a mediação entre indivíduos.

Alguns autores adiantaram a sua definição de meios. Jay David Bolter e Richard Grusin, na sua obra “Remediation, Understanding New Media” procu-

ram responder à questão e dizem: “o que é um meio? Damos esta definição simples: um meio é o que remedeia. É o que se apropria das técnicas, formas e significado social de outros meios e tenta rivalizar com eles ou refazê-los em função do real. Um meio na nossa cultura nunca pode operar isoladamente porque tem que entrar em relações de respeito e rivalidade com outros meios”. (pág. 65) Assim, os traços aqui sublinhados são a relação dos meios entre si (da escrita com a fala, da fotografia com a pintura, do cinema com o teatro e a literatura, da WWW com o telefone, etc.) e a sua constante contextualização diacrónica e sincrónica – relação dos meios com outros que os precederam e com os que lhe são contemporâneos.

Para McLuhan, por seu lado, os meios são “extensões do homem” (pág. 6). E “o meio é a mensagem”, pois, como diz, “é o meio que configura e controla a escala e a forma da associação e acção humanas” (p. 9). E acrescenta: “é bem típico que o *conteúdo* de um meio nos não deixe ver o carácter do próprio meio” (p.9). É esse carácter do próprio meio e não as mensagens que veicula que McLuhan não se cansa de sublinhar. Quer isto dizer: um meio determina o modo como vivemos, sentimos e pensamos. Não vivemos da mesma forma com ou sem televisão, com ou sem escrita, com ou sem Internet. De alguma forma, podemos constatar este impacto dos média na sociedade e na experiência através das metáforas a que os média dão origem: assim, quando falamos do “livro do mundo” ou do “filme da vida”, estamos a caracterizar formas de percepção e entendimento que de algum modo servem para descrever a nossa maneira de entender a realidade, a qual é con-

dicionada pelos média. A forma como nos relacionamos com o mundo, com as suas representações e com os outros é sempre, em alguma medida, consequência dos média ao nosso dispor. Diz o mesmo autor: “os média têm o poder de redesenhar a vida de todos aqueles que afecta” (McLuhan 52). Logo, “os média enquanto extensões dos nossos sentidos instituem novas relações, não apenas nos nossos sentidos individuais, mas também quando interagem entre si” (McLuhan 53). A pluralidade de modificações na vida social ou perceptiva, ou seja, os efeitos que os média têm sobre os vários níveis da actividade humana é o que mais importa, na perspectiva deste autor. Não as mensagens em si, mas a forma como a vida de uma sociedade na sua globalidade e para cada um dos seus elementos, os ritmos de uns e de outros e a escala das associações e dissociações que estabelecem, são afectados. Por exemplo, a crítica de McLuhan ao alfabeto centrava-se na maneira como as suas representações visuais da realidade proporcionavam uma relação mais desligada, mais distante do que as representações proporcionadas pelas palavras faladas. “Apelar à vista é apresentar um estímulo discreto e fixo, sempre algures em frente do rosto; em contrapartida, pode sempre chegar-se ao ouvido de qualquer ponto à sua volta”, diz o autor. (McLuhan 95)

Paul Levinson, por seu lado, em “A Arma Suave”, chama a atenção para um aspecto deveras importante, que tende a ser esquecido, e que vai de encontro à afirmação de McLuhan de que o conteúdo veiculado obscurece a percepção de um meio, o seu carácter e implicações, existentes lado a lado com as mensagens que veicula. Assim, Levinson sublinha que, para além das ideias que veiculam, ou seja, das suas mensagens ou finalidades, “todas as tecnologias são incorporações de ideias humanas” (Levinson 68). Significa isto que entender os média é também entender parte do ser humano, discriminar traços pertinentes das suas operações mentais.

Régis Debray, por seu lado, na obra “Cours de Médiologie General”, afirma que, “na mediologia (disciplina de que é fundador), *meio* designa numa primeira aproximação o conjunto, técnica e socialmente determinado, dos meios de transmissão e de circulação simbólicas. Conjunto que precede e excede a esfera dos média contemporâneos, impressos e electrónicos, entendidos como meios de difusão massiva (imprensa, rádio, televisão, cinema, etc.)” (Debray 20). A ser assim, como este autor refere, “qualquer objecto pode entrar no campo da mediologia” (Debray 20), sendo esta a disciplina que “pretende justamente efectuar a síntese de todas as modalidades materiais da transmissão. A noção de *mediasfera* engloba os efeitos cumulativos de todas as acepções da palavra *transporte* num lugar e momento dados (das inscrições e dos homens)” (Debray 25). Mas Debray reconhece a dificuldade de uma noção tão abrangente de meio e a impotência que tal vastidão comporta quando se trata da delimitação de um objecto de estudo: “a definição de um território mediológico através de um domínio de objectos parece à primeira vista um impasse pela simples razão de que o meio não existe. Parece mais uma abstracção reificada. Podemos aí entender as instituições (a escola), os objectos técnicos (um emissor de rádio, um ecrã de cinema), os suportes materiais (papel, tela, fita), os códigos sociais (gramática, sintaxe), os órgãos do corpo (olhos, cordas vocais), os modos gerais de comunicação (oral, escrito, audiovisual)” (Debray 23). Na medida em que cada uma destas entidades pode ser englobada pela noção de meio, parece-nos pertinente mantê-las todas sob ponderada atenção, ainda que o privilégio da noção de meio deva recair nos meios de comunicação, de massas ou não, que constituem os grandes paradigmas mediáticos (ou seja, dominam cada *mediasfera*): a oralidade, a escrita, a imprensa, os *mass media* ou os novos média digitais. Recuperando as ideias de Bolter e Grusin, os eventos da nossa cultura de mediações são constituídos por combi-

nações de sujeitos, meios e objectos, que não existem separados. Assim, afirmam, “não há nada anterior ou exterior ao acto de mediação” (Bolter e Grusin 58).

Como provocação final em relação à definição de meio, uma perspectiva merece alguma reflexão. Vem no seguimento das ideias de Richard Dawkins e da noção de *meme*, e adverte que talvez devêssemos ver os seres humanos como meios de comunicação ao serviço das ideias, em vez do contrário (tal como o corpo seria uma máquina de reproduzir genes). Seremos nós as tecnologias dos nossos genes?

Os média, o tempo e o espaço

Como refere Régis Debray, podemos identificar o mundo das mediações como “uma cadeia que conduz de uma emissão a uma transcrição, de uma comunicação de ideias a uma comunidade de pessoas” (Debray 32). Ainda segundo o mesmo autor, “o século XXI será o século das mediações tecnológicas, onde (...) os meios por todo o lado se arriscam a eclipsar os fins” (Debray 46). Mas, se vivemos numa época de mediação constante e disseminada, não devemos esquecer-nos, porém, que a mediação comporta uma história antiquíssima e que nessa história desenvolveu diversas modalidades de relação com o espaço e o tempo.

Podemos abordar esta questão segundo um quádruplo eixo: o da redução (e utópica anulação) do tempo de cada acto de mediação – movimento no sentido da instantaneidade; o da anulação da ideia de distância – movimento no sentido da ubiquidade; o da perpetuação das mensagens no tempo – preservação da memória colectiva; o da mobilidade da informação no espaço – a informação procura o homem e não o inverso.

Por um lado, se a mediação contém um carácter eminentemente sincrónico (todo o sistema de mediações num dado momento), possui também uma dimensão diacrónica, intimamente relacionada com a memória e com a sua

preservação. Exemplos indicados por Paul Levinson: “tal como a escrita e a impressão ajudaram a fixar ideias – em todos os sentidos da palavra – também a fotografia veio salvar as imagens do mundo. Todos trouxeram *remédios*, necessariamente imperfeitos, para aspectos do pensamento e da existência cuja passagem inexorável sempre nos aflige” (Levinson 139). Obviamente, poderíamos acrescentar aos casos referidos, dispositivos como o gramofone ou as bases de dados digitais. O objectivo será fazer as mensagens e as ideias escapar ao desaparecimento.

Mas há outros modos de existência da comunicação que vale a pena ter em conta. Régis Debray enumera três que importa salientar: desmaterialização, aceleração e miniaturização (Debray 288). Como refere este autor, “a tendência geral, a mais ostensiva, da evolução dos suportes de escrita é a desmaterialização” (Debray, 286). O mesmo poderíamos dizer dos média em geral: basta pensarmos no processo de digitalização integral em curso. “A desmaterialização é uma longa tendência assinalada desde as origens e que se observa em diversos aspectos. É o acréscimo de leveza constante dos materiais de base que faz passar das civilizações da argila às do papiro, depois ao pergaminho, ao papel, e hoje ao electrão” (Debray 287). Por outro lado, o mesmo autor sublinha um outro interessante paralelo: essa leveza progressiva dos suportes da escrita “vai de par com a redução do número de caracteres alfabéticos, ou seja, da própria escrita, que passa do milhar de signos mesopotâmicos ou egípcios às vinte e poucas letras do alfabeto latino. E com a diminuição das próprias marcas da escrita: da maiúscula gravada na pedra à minúscula no papiro. A história dos suportes deixa entrever uma espécie de levitação acelerada em que vemos o leve substituir o pesado, o amovível o fixo, o macio o rígido” (Debray 287). Debray salienta ainda que “a redução dos formatos e a multiplicação das cópias são paralelas” (Debray 289). E mais: quanto mais o suporte é imaterial, mais o destinatário

se pode fixar e o trajecto se encurta” (Debray 298). E por isso coloca uma questão: “o fim da locomoção está inscrito na *tele*-visão, na *tele*-acção, no *tele*-comando do mundo exterior”? (Debray 299).

Momento fundamental da mobilidade da informação é o surgimento do telégrafo, ou seja, do primeiro meio electromagnético: “com o telégrafo a velocidade de circulação das mensagens desprende-se das pessoas, até aí coincidentes na velocidade do cavalo ou do caminho de ferro. É o início da era da ubiquidade-instantaneidade” (Debray 299) Do desenvolvimento dessa era vivemos actualmente um momento paradigmático, com a transmissão instantânea de mensagens numéricas. “Cada vez temos acesso a mais informação porque ela é cada vez mais leve e móvel”, diz o estudioso francês (Debray 299). Um evidente processo de miniaturização pode ser observado na evolução das câmaras fotográficas: da câmara obscura de grandes dimensões, onde cabiam várias pessoas às câmaras portáteis; das máquinas fotográficas de tamanho substancial às máquinas descartáveis; das pesadas câmaras cinematográficas ou videográficas às mais leves e manuseáveis. Ou ainda no caso dos livros: do rolo ao códice, dos incunábulos aos livros de pequeno formato.

Por outro lado, os últimos anos têm-nos mostrado a dupla dificuldade com que nos relacionamos desde sempre com a informação e o conhecimento: como lidar com a quantidade crescente de informação e transformá-la em conhecimento, ou seja, qualificá-la? “Há, num mesmo ambiente mediático, espécies com um tempo de vida muito curto, mas com forte capacidade de multiplicação, outras com elevada inércia, mas com mais longa esperança de vida. Viver, para uma ideia, é sempre sobreviver. As sociedades civilizadas protegem as espécies em vias de extinção, que não podem resistir à competição e que, deixadas a elas mesmas, seriam eliminadas pelas suas concorrentes mais aptas” (Debray 322). Estamos aqui, então, perante a tendência para o

arquivo, a recolha, a preservação dos melhores exemplares: tudo guardar, numa espécie de *memoria-mundi* que recubra e documente tão minuciosamente quanto possível os eventos, as personagens, os processos da grande narrativa do mundo, ou seja, o grande livro da vida. Mas, paralelamente a este trabalho mnemónico, assistimos a uma crescente produção de informação e à luta entre os seus formatos. “A brevidade das mensagens torna-se um factor concorrencial cada vez mais decisivo, e como existe uma aerodinâmica dos veículos, há uma *cronodinâmica* das representações que as adapta à saturação do ambiente em que se transmitem. O compacto, o concentrado, a miniaturização dos formatos, são hoje em dia imperativos logísticos” (Debray 332). Claro que as obras de grande fôlego ou extensão não desapareceram, mas é inegável o domínio de uma retórica do breve no audiovisual (notícias, anúncios, trailers) que se opõe à retórica da amplificação típica das sociedades orais: epopeias, oratória, etc.

Se o surgimento do telégrafo foi um ponto de extrema importância na história das tecnologias de mediação, ele é acompanhado por um novo meio fundamental para a nossa modernidade: a electricidade. Diz Paul Levinson: “Tal como a contribuição radicalmente nova da fotografia foi a extensão precisa e imaculada no tempo, a do telégrafo foi uma extensão imaculada à distância” (Levinson 78). O telégrafo conseguia enviar instantaneamente uma mensagem para qualquer pessoa e para qualquer parte do mundo. Assim, a fotografia (através da reprodutibilidade do negativo e da câmara Kodak) e o telégrafo podem considerar-se “duas faces diferentes de um sistema de meios que, tal como a prensa tipográfica, antes dele, e o computador depois, se expandiram no espaço e no tempo” (Levinson 79). “Meio século depois do daguerreótipo, a câmara Kodak começaria a colocar uma parte da realidade visual ao alcance potencial de todas as pessoas, à semelhança do que o alfabeto e a imprensa tinham feito em rela-

ção ao acto de escrever” (Levinson 66). Mas o telégrafo, ou seja, a possibilidade de enviar mensagens a uma velocidade antes impensável, seria impossível sem “a electricidade e a sua capacidade de comunicação instantânea” (Levinson 97). “A electricidade expandiu a palavra escrita abstracta no espaço na primeira parte do século XIX com o telégrafo, e a palavra falada na última parte do século XIX com o telefone”, diz-nos Levinson (p. 100). O que acontece com a electricidade é que esta torna a distância insignificante enquanto factor de comunicação. Desse modo, recuperamos as propriedades de interacção do sistema da oralidade, afastado de nós desde a invenção da escrita. Recuperamos também uma certa sensação de imediaticidade: “falar é, afinal, *publicar* automaticamente, se bem que pelo meio efémero da voz. Só a peculiaridade do papel é que fez os actos da escrita e disseminação parecerem tão diferentes e distintos” (Levinson 164). Esta anulação de distâncias espacio-temporais deve-se então à electricidade e à sua invulgar capacidade transmissora. Retomemos McLuhan: “a luz eléctrica é pura informação. É um meio sem uma mensagem. (...) Este facto, característico de todos os meios, significa que o *conteúdo* de qualquer meio é sempre outro meio” (McLuhan 8).

Relação entre os média e relação com os média

Relacionamo-nos com os média e estes relacionam-se entre si. De maneiras complexas. Percebemos que cada mudança tecnológica segue um ciclo de inovação, difusão e institucionalização. Como referem David Thornburn e Henry Jenkins, na obra “Rethinking Media Change”, “a emergência de novos média põe em movimento um complicado e imprevisível processo no qual os sistemas emergentes e os estabelecidos podem coexistir durante um largo período ou no qual os média antigos podem desenvolver novas funções e encontrar novas audiências

quando a tecnologia emergente começa a ocupar o seu espaço cultural” (Thornburn e Jenkins 2). Outro aspecto, sublinhado pelos mesmos autores, diz-nos que “a introdução de uma nova tecnologia parece sempre provocar reflexão e auto-exame na cultura que os procura absorver. Por vezes, esta auto-consciência toma a forma de uma reinterpretação dos média estabelecidos, cujos elementos constituintes atingem uma nova visibilidade. O que se sente em perigo e precaridade torna-se mais visível e valorizado” (David Thornburn e Henry Jenkins 4). Mas nem tudo é inovação nos novos média: “se os média emergentes são frequentemente experimentais e auto-reflexivos, são também inevitavelmente e fundamentalmente imitativos, enraizados no passado, nas práticas, formatos e assumpções mais profundas acerca dos seus antecessores (David Thornburn e Henry Jenkins 7). Basta pensarmos na relação da escrita com a oralidade aquando do surgimento daquela, do livro impresso com o manuscrito, do cinema com o teatro e a literatura. É um facto inegável que vemos sempre as novas tecnologias através de perspectivas e metáforas herdadas dos velhos média que limitam o nosso entendimento e obscurecem as suas qualidades e possibilidades intrínsecas. Por isso, para compreendermos as implicações da transição nos média, devemos “resistir a noções de pureza dos média, reconhecendo que cada média é afectado e em contrapartida afecta os seus vizinhos e rivais. E devemos rejeitar também definições estáticas dos média, resistindo à ideia de que um sistema de comunicação pode adquirir uma forma definitiva assim que o processo inicial de experimentação e inovação se converte em institucionalização e standardização” (David Thornburn e Henry Jenkins 11). Na sua obra “Remediation”, Bolter e Grusin reforçam esta ideia, referindo-se explicitamente aos últimos desenvolvimentos tecnológicos: “as novas tecnologias da representação procedem através da reforma ou da *remediação* das anteriores, enquanto as tecnolo-

gias anteriores lutam para manter a sua legitimidade remediando as mais recentes” (Bolter e Grusin 61)

Daí que, se o novo surge do antigo, repete o antigo, assume, re-imagina e expande o antigo, precisemos de perspectivas de continuidade e não de descontinuidade. Não há rupturas, mas sim limiares mais ou menos extensos de influência recíproca entre os média de gerações diferentes. Isto apesar de, com a modernidade e o seu discurso em torno do novo, da mudança e da clivagem, sobretudo a partir da época das Exposições Universais do fim do século XIX, a retórica da novidade se tornar a forma fundamental de entender a tecnologia, como refere Tom Gunning no seu artigo incluído na obra “Rethinking Media Change”. Aí, o autor salienta que “a novidade e o espanto tornaram-se um modo de recepção da tecnologia” (Gunning 40), advogando uma espécie de panaceia através da mesma. Nesse mesmo texto, o autor identifica quatro fases do ciclo tecnológico: maravilhamento, compreensão, hábito e automatização. E refere a existência, com o tempo, de “ciclos cada vez mais curtos” (basta pensarmos na evolução dos telemóveis). Acrescenta ainda: “A surpresa e a familiaridade contrastam fortemente, mas formam etapas sucessivas na moderna experiência e estão por isso interligadas” (Gunning 40). No entanto, faz notar que “a surpresa é inerentemente uma experiência instável e temporária. É difícil estarmos continuamente surpreendidos por uma mesma coisa. A surpresa dá lugar à familiaridade” (Gunning 41). Gunning chama também a atenção para dois conceitos interessantes que podem descrever a forma como a tecnologia se faz notar. Um é a ideia de “estranhamento” do teórico soviético Shklovsky e que consiste em retirar um elemento do contexto ou uso habituais. O outro tem a ver com a avaria ou disfunção, entendidas por Heidegger como modo de o meio despertar a nossa atenção.

McLuhan, por seu lado, propõe outro modelo de entendimento da mudança tecnológica. Fala de “três momentos

das novas tecnologias: alarme, resistência e exaustão” (McLuhan p. 26). No entanto, não devemos levar esta ideia de exaustão demasiado literalmente. Como diz Levinson, “a moral da evolução dos meios de comunicação é muito profunda: quando um novo meio triunfa sobre um mais antigo numa determinada função, isso não significa que o antigo meio defina e morra. Antes, o velho meio pode ser empurrado para um nicho em que possa ter melhor desempenho do que o novo meio e que por isso sobreviva, se bem que diferente do que era antes” (Levinson 76). E fornece exemplos elucidativos acerca das complexas relações entre os média a propósito do colapso dos filmes mudos (ver sem ouvir) aquando do surgimento do som no cinema, da prevalência da rádio (ouvir sem ver) aquando do surgimento da televisão ou da prevalência da fotografia aquando do surgimento do cinema: “ver sem ouvir, ouvir sem ver: os dois processos parecem muito idênticos, mas o primeiro atrofiou-se face à concorrência do ver e ouvir e o segundo não. Os dois processos têm assim, de ter alguma diferença fundamental. (...) Enquanto ouvir sem ver é um modo natural, “pré-tecnológico”, da comunicação humana, ver sem ouvir não é” (Levinson 131). E adianta também a explicação para a permanência da fotografia como um meio de comunicação fundamental, apesar daquela não reproduzir o movimento, traço distintivo da vida: “embora o movimento seja ubíquo no nosso mundo, a sua ausência também o é. (...) A captura da imobilidade nas primeiras fotografias apoiou assim inadvertidamente uma função eminentemente humana: a percepção da imobilidade” (Levinson 132). E retorna a Kant para sustentar uma das suas ideias fundamentais acerca dos média: “Os seres humanos, actualizando Kant, vêm programados com um equilíbrio de projectores de tempo e espaço que fazemos incidir no mundo. E claro que tanto ouvimos como vemos os resultados. Isso, por sua vez, sugere que o equilíbrio que orquestramos nos nos-

os meios não passa de um reflexo do nosso equilíbrio interno” (Levinson 89). Uma concepção da dinâmica evolutiva dos média que se pode ligar a uma outra asserção fundamental deste autor. Diz ele que “todos os meios de comunicação se tornam eventualmente mais humanos no seu desempenho – isto é, permitem uma comunicação cada vez mais igual à maneira como os humanos processavam informação “naturalmente”, ou seja, antes do advento desses meios de comunicação. Vozes no telefone substituem os pontos e traços do telégrafo; a fotografia a cores substitui a fotografia a preto e branco, etc.” (Levinson 20). A esta ideia deu o nome de Teoria Antropotrópica que defende que existe uma “evolução dos meios de comunicação no sentido do desempenho humano” (Levinson 21). O que de algum modo sublinha a ideia de McLuhan de que “toda a cultura e toda a época possui o seu modelo favorito de percepção e conhecimento que se inclina a prescrever a toda a gente e a tudo” (McLuhan p. 5). Até ser substituído por um outro, naturalmente.

Situações de equilíbrio e desequilíbrio entre os média e os nossos aparelhos sensoriais e intelectuais podem ser ilustrados com exemplos fornecidos por Levinson: “a rápida dança entre fotografia e telégrafo que equilibrou a expansão no tempo e no espaço na década de 1830 criou um novo equilíbrio ou tendência para o visual, que já tinha sido grandemente aumentado pela prensa tipográfica e pelo alfabeto. Na verdade, após a emergência do discurso oral, todos os meios até à fotografia e ao telégrafo funcionam no reino da vista” (Levinson 88). E entre os meios que privilegiam a faculdade da visão podemos incluir a escrita, como bem notou McLuhan. A resposta a este predomínio do olho sobre o ouvido “foi dada em 1876 pelo telefone e pela sua transmissão instantânea não da escrita, ou do código que representava a escrita, mas da fala humana às mesmas distâncias terrenas efectivamente universais que o telégrafo. Esta audaciosa incursão espacial teve o seu equilíbrio

temporal um ano depois quando o fonógrafo fez ao som o que a fotografia fizera à imagem” (Levinson 88). Ou seja, o som podia agora, como a imagem, disseminar-se no espaço e preservar-se no tempo. Assistimos então a um certo regresso do som: “muito antes do alfabeto e da imprensa, ouvir era o modo arquetípico de percepção pelas multidões” (Levinson 109). Sabemo-lo bem da Antiga Grécia. No fim deste processo, podemos questionar-nos se, como muitos defendem, não acabaremos por nos encontrar com a Realidade Virtual, a qual completaria e ultrapassaria a história dos média.

Uma história que começou bem lá atrás, quando o homem, através da linguagem e da tecnologia se libertou da contundência programática da natureza. Diz-nos Régis Debray: “No animal, gesto e utensílio sobrepõem-se sem descolar. No homem, o utensílio prolonga o gesto e destaca-se dele. Esta separação, ou esta exteriorização material das faculdades humanas, saídas de algum modo do corpo e assumindo uma vida autónoma numa sucessão de utensílios e de máquinas, define tanto quanto a linguagem o critério de humanidade. Se nós não exteriorizássemos nada, para lá dos neurónios e das sinapses, e tendo em conta o atrofiamento da nossa memória oral, não haveria conservação, transferência, tradição ou cultura possíveis. O utensílio sobrevive ao órgão. Deus prótesico, o homem só começa a aceder à imortalidade através das suas próteses” (Debray 104). Próteses que nos definem de algum modo e condicionam a vida humana: “qualquer extensão, da pele, da mão, do pé, afecta o complexo social e psíquico na sua globalidade”, diz McLuhan (McLuhan p. 4). E próteses que não existem isoladamente, mas constituem um sistema complexo em cada época e em cada cultura.

São diversos os autores que chamam a atenção para esta existência interligada dos diferentes meios de comunicação. Ainda McLuhan: “nenhum meio adquire o seu significado ou existe sozinho, mas em constante interacção com outros média” (McLuhan p. 26). E

acrescenta: “Nenhuma tecnologia pode fazer mais do que acrescentar-se àquilo que já somos” (p. 11). Uma ideia semelhante partilham Bolter e Grusin quando afirmam: “Todos os média se apresentam como versões refeitas e melhoradas de outros média. Nenhum meio parece realizar a sua função cultural isolado de outros média ou isolado de outras forças sociais e económicas. O que é novo em relação aos novos média (digitais) é a sua forma particular de refazer os média anteriores e o modo como esses média anteriores se refazem para responder aos desafios dos novos média” (Bolter e Grusin 15). A mesma linha de ideias segue Paul Levinson: “Nenhum avanço é de tal forma sem precedentes que não seja relacionável com algum modo anterior, menos tecnológico, de comunicação humana” (Levinson 111). E resume deste modo a sua perspectiva acerca do processo evolutivo dos meios de comunicação: “é uma história interessante de tentativas intermitentes, na maioria dos casos sem êxito, de corrigir a discrepância entre produtor e consumidor. (Levinson 150). Exemplos dessa polaridade e desse desequilíbrio mais ou menos constante podem ser percebidos se pensarmos a relação entre produtores e consumidores de mensagens em diversos paradigmas mediáticos: na oralidade, na escrita, nos *mass media*, nas tecnologias em rede e interactivas.

Crítica dos média: suspeita e apologia

Podemos ter uma atitude neutra perante a tecnologia. Talvez seja aconselhável tendermos sempre para ela, para um equilíbrio judicativo acerca das suas vantagens e inconvenientes na esfera cultural e social. Mas o comum nos discursos acerca dos média é a posição crítica, que se pode espraiar entre dois extremos: de um lado os discursos apologéticos, sempre dispostos a enaltecer a novidade e uma espécie de propriedade mágica das nossas extensões tecnológicas – poderíamos

denominá-la de visão apologética; do outro lado, os discursos de receio do estranho, de medo do desconhecido, da incerteza dos efeitos da tecnologia sobre as nossas vidas – poderemos qualificá-la de visão apocalíptica.

Um dos primeiros a lançar a suspeita sobre os média foi Aristóteles quando aconselhou que confiássemos sempre na prova dos nossos sentidos quando estivessem em conflito com o testemunho de aparelhos artificiais. Seria uma crítica pertinente na época, mas que cai por terra com a evolução das tecnologias que haveriam de, em certos casos, ultrapassar as capacidades dos sentidos humanos; crítica semelhante encontramos em Platão, sendo neste caso o alvo bem mais específico: a escrita. Também este autor não se apercebeu (e poderia fazê-lo?) de como a escrita seria determinante para o desenvolvimento do seu pensamento (e da filosofia em geral), do qual aliás não teríamos conhecimento, não tivesse ele sido registado... pelo próprio Platão.

A preocupação com a possível perda de significado de uma forma ou de outra foi o que motivou a defesa por Sócrates do diálogo falado relativamente à escrita (que, ironicamente, conhecemos dos textos de Platão). Dizia ele que a escrita não permitia a resposta, a interacção característica do diálogo. Como refere McLuhan, “o homem ocidental adquiriu da tecnologia da literacia o poder de agir sem reagir” (McLuhan 4). Com o telefone e as novas tecnologias digitais interactivas, essa falta haveria de ser suprida. E de que maneira. Mas as atitudes condenadoras não se ficaram por aqui. Podemos acrescentar o ataque do clero à imprensa, a condenação do livro de bolso e da disseminação do acesso à leitura, o papel pretensamente aniquilador da televisão em relação ao livro, a desumanização do sujeito com a automatização computadorizada e várias outras, recorrentes a cada inovação mediática.

A este propósito afirma Paul Levinson, com alguma ironia: “Quando a linguagem articulada era tão nova como a

comunicação digital hoje em dia, condenada a lançar os hominídeos no caminho do *homo sapiens sapiens*, os que tinham a responsabilidade de guardiães da cultura hominídea tradicional teriam, sem dúvida, afirmado que o novo meio estava a minar e acabaria por destruir a maneira de viver deles” (Levinson 84). O que não deixa de ser uma observação curiosa em relação aos temores perante cada tecnologia intelectual. E acrescenta: “Os críticos dos novos meios são normalmente defensores da elite a tentarem barrar a nova investida das massas” (Levinson 85). Ou seja, o receio do desconhecido, o conforto do familiar e a preservação do poder, do *establishment*. Levinson aproveita ainda para desmontar o discurso apocalíptico através da exposição da sua vacuidade, da sua inconsequência e da sua inaptidão. Diz ele: “No caso das críticas erróneas, a componente inesperada não vem do facto de ser montada uma crítica, mas da projecção pela crítica de consequências terríveis que nunca se verificam” (Levinson 86).

Esta contenda pode ser bem resumida nas seguintes palavras de Tom Gunning: “Toda a nova tecnologia possui uma dimensão utópica que imagina um futuro radicalmente transformado pelas implicações do dispositivo e das suas práticas. A queda da tecnologia numa segunda natureza reificada (a familiaridade) indica o falhanço relativo desta transformação” (Gunning 56). E junta esta proposição: “É precisamente esse futuro imaginado, catastrófico, utópico ou ambos, que nunca pode desaparecer inteiramente; pode apenas ser esquecido” (Gunning 56).

Evolução accidental e consequências inesperadas

A história das tecnologias da informação e da comunicação é feita de uma espécie de ubiquidade de consequências inesperadas. Quer isto dizer que os efeitos e usos de um invento são frequentemente bastante distintos dos propósitos dos seus inventores. Exem-

plos disso são o telefone (inicialmente concebido como auxiliar auditivo), o fonógrafo (pensado para gravar conversas telefónicas e outros discurso como uma espécie de *souvenirs*), o kinetoscópio (uma espécie de suplemento para o fonógrafo), a rádio (pensada como uma espécie de telégrafo sem fios) ou a internet (concebida no seio das instituições militares americanas). Os próprios Lumière disseram certa vez que o seu invento era uma curiosidade sem futuro.

Como diz Levinson, “os exemplos de invenções humanas que avançam sem impedimentos da concepção para a invenção e aplicação são poucos no domínio da tecnologia da informação. Na verdade abundam consequências inesperadas da invenção” (Levinson 30). Poderemos então partilhar a afirmação lapidar de Debray: “Pequenas causas, grandes efeitos” (Debray 49). Ou melhor, a teoria do caos em todo o seu esplendor aplicada à história das comunicações. É então uma história de fenómenos accidentais e desenvolvimentos surpreendentes. E é, também, de algum modo, uma história de miopia, talvez inevitável. Como McLuhan assinalou, temos tendência para olhar as novas tecnologias imaginando tudo que elas são e podem ser através dos próprios meios que elas deviam substituir.

Transparência, hipermediação e remediação

Para finalizar esta abordagem aos múltiplos aspectos que o estudo dos média suscita, socorremo-nos de três noções adiantadas e desenvolvidas por Bolter e Grusin na sua obra “Remediation”. São elas: immediacy (que traduzimos por imediação), hypermediacy (hipermediação) e remediation (remediação).

Afirmam os autores que a nossa cultura é dominada por uma dupla lógica da remediação: a tendência para a imediação e a tendência para a hipermediação. Ou seja, “a nossa cultura quer, simultaneamente, multiplicar os seus

média e apagar todas as marcas da mediação: idealmente, quer apagar os seus média no próprio acto da sua multiplicação” (Bolter e Grusin 5). E afirmam: “a lógica da imediação diz que o próprio meio deve desaparecer e deixar-nos na presença da coisa representada”. (Bolter e Grusin 6) Todas as tentativas de tornar o meio imperceptível “pretendem colocar o observador no mesmo espaço que os objectos vistos” (Bolter e Grusin 11). A hipermediação, por seu lado, manifesta um fascínio com os média e a sua visibilidade. “Nas tecnologias digitais, como muitas vezes na história da representação no Ocidente, a hipermediação expressa-se enquanto multiplicidade, (...) reconhecendo múltiplos actos de representação e tornando-os visíveis” (Bolter e Grusin 33), dizem os autores. “A lógica da hipermediação multiplica os sinais da mediação e deste modo tenta reproduzir a riqueza sensitiva da experiência humana” (Bolter e Grusin 34). A hipermediação chama a atenção para o próprio meio, ao contrário do propósito de imediação que o pretende elidir ou tornar transparente à experiência do sujeito. Assim sendo, podemos perceber que a imediação sugere um espaço homogéneo, a hipermediação sugere um espaço heterogéneo. Os autores, recuperando uma ideia de Richard Lanham, relevam uma outra distinção: “nas suas formas variadas, a lógica da hipermediação exprime a tensão entre um espaço visual enquanto *mediado* e enquanto espaço *real* para lá da representação. Lanham chama a isso a tensão entre olhar *para* e olhar *através de*” (Bolter e Grusin 41).

A remediação, por seu lado, remete para a relação que os média estabelecem entre si. Dizem os autores: “chamamos à representação de um meio num outro remediação” (Bolter e Grusin 45). Assim sendo, partem os autores para a seguinte hipótese: “parece-nos que toda a mediação é remediação. (...) A nossa cultura concebe cada meio ou constelação de meios enquanto resposta a, competição com ou reformulação de outros meios. (...) Mas os média mais antigos também podem

remediar os mais recentes” (Bolter e Grusin 55). Ou seja, “quando os artistas ou os técnicos criam o dispositivo de um novo meio, fazem-no em referência a um meio prévio, recuperando e adaptando materiais e técnicas sempre que possível” (Bolter e Grusin 68).

Podemos então traçar uma espécie de breve história dos dispositivos que no mundo ocidental procuraram servir esta tripla realidade mediática (alargando a análise dos meios de representação visual a que aqueles autores se dedicaram ao conjunto dos meios em geral). E socorrer-nos de outras noções que delas se podem aproximar: *mimese*, *diegese* e *intertextualidade*. À imediação corresponderia de alguma forma a *mimese*, isto é, mostrar o *representado*, apagando o autor, o narrador, o meio de representação, exibindo as próprias acções ou objectos. Aí se incluiriam, por exemplo: o teatro, o cinema de Hollywood, a perspectiva linear, a Realidade Virtual.

À hipermediação poderemos fazer corresponder a *diegese*, o relato de acontecimentos através de um narrador, onde é assinalada a presença do meio: seriam exemplos o orador na récita, a invocação da musa (em Homero), a multiplicidade de espaços e elementos da iluminura, as vanguardas do início de século (colagem, fotomontagem), a interactividade (nos jogos de computador e na navegação na Web).

À remediação corresponderia a noção de *intertextualidade*, a forma como na nossa cultura os diversos meios remetem uns para os outros nas suas linguagens e procedimentos: a escrita das narrativas orais ancestrais (Homero, a Bíblia); o cinema influenciado pelo teatro e pela literatura; a televisão a copiar a net e a net a televisão; ilustrações de histórias orais na pintura; as adaptações (de livros para filmes, de filmes para jogos, de jogos para filmes, etc.); os remakes de filmes, as remixes na música, entre outros.

Deste modo, os autores parecem recuperar algumas ideias já expressas por McLuhan, quando este afirma que “o cruzamento ou hibridização dos média liberta grande força ou energia através

da fusão ou da fissão” (McLuhan 48). E exemplifica: “de todos os grandes cruzamentos que propiciaram fortes mudanças, nenhum ultrapassou o encontro entre sociedades orais e letradas. A dádiva ao homem de um olho por um ouvido através da literacia fonética é provavelmente, ao nível político e social, a mais radical explosão que pode ocorrer em qualquer estrutura social. A esta explosão da vista chamamos ocidentalização” (McLuhan 49). E talvez seja também pertinente esta outra observação do autor: “como uma metáfora transforma e transmite a experiência, assim fazem os média” (McLuhan 59). Os média seriam então uma espécie de tradutor da experiência, ou seja, metáforas: da vida, do pensamento, do mundo. Será então altura de regressarmos às nossas primeiras metáforas: a linguagem articulada e a pedra lascada. As coisas enquanto palavras e as acções enquanto dispositivos. É na tecnologia e na linguagem que devemos procurar a especificidade humana. A história dos meios de comunicação é o resultado do cruzamento entre essas duas dimensões.